

Instituto cobra providências do TJ-RO sobre grupo racista formado por servidores

O Instituto de Defesa da População Negra (IDPN) protocolou um ofício endereçado à Presidência do Tribunal de Justiça de Rondônia exigindo esclarecimentos sobre as medidas adotadas em relação à existência de um grupo racista chamado de *Black List*, supostamente formado por servidores do tribunal.

O caso veio à tona em 2022, quando denúncias apontaram a atuação do grupo em um contexto de resistência às políticas de ações afirmativas implementadas no Judiciário rondoniense. Na época, o então presidente do TJ-RO, desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia, gravou um vídeo reconhecendo o problema e anunciando a abertura de uma investigação sobre o conteúdo racista associado ao grupo.

Desde então, não houve divulgação oficial dos desdobramentos da apuração. Segundo o IDPN, o silêncio institucional levanta dúvidas sobre a responsabilização dos envolvidos e as providências adotadas para coibir práticas discriminatórias no âmbito da Justiça.

Em 2024, o TJ-RO venceu o **Prêmio Equidade Racial** do Conselho Nacional de Justiça, na categoria Boas Práticas.

“O que está em jogo é a credibilidade do sistema de justiça e a dignidade da população negra. Não podemos permitir que o combate ao racismo seja apenas uma promessa vazia. Queremos respostas, e queremos justiça”, afirmou o advogado do instituto, **Frederico Borges da Costa Plácido**, no ofício.

Para o IDPN, a ausência de respostas por parte do TJ-RO simboliza a resistência de instituições públicas diante de políticas de equidade racial. O instituto diz que seguirá cobrando transparência sobre práticas que violam os direitos da população negra.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-mai-31/instituto-cobra-providencias-do-tj-ro-sobre-grupo-racista-formado-por-servidores/>

Freepik



Instituto cobra providências do TJ-RO sobre grupo racista criado por servidores